



CONGRESSO NACIONAL

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 882/14

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

(Dos Srs. Mendonça Filho, Rodrigo Maia, Onyx Lorenzoni, Rubens Bueno, Izalci, Fernando Francischini e Antonio Imbassahy)

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito. RECEBI O ORIGINAL Em 18/11/14 às 14 horas Nome _____ Matrícula _____

Mateus Daniel dos Santos
Técnico Legislativo
Mat. 287710

Requerem a realização de visita técnica, pelos membros desta CPMI, ao *Dutch Public Prosecution Service (Openbaar Ministerie)*, em Haia, Holanda, para acompanharem as investigações em curso naquele País a respeito de operações e procedimentos da empresa holandesa SBM Offshore que envolvam possíveis práticas de suborno junto a funcionários da Petrobras.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que um grupo de membros desta "CPMI criada com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), *ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias*" realize visita técnica ao *Dutch Public Prosecution Service (Openbaar Ministerie)*, em Haia, Holanda, a fim de acompanhar as investigações em curso naquele País sobre operações e procedimentos da empresa holandesa SBM Offshore que envolvam possíveis práticas de suborno junto a funcionários da Petrobras.



JUSTIFICAÇÃO

Não são recentes as matérias que vêm associando o nome da Petrobras a graves casos de má-gestão e a suspeitas de atos ilícitos cometidos por seus dirigentes.

A Petrobras – no passado – já foi a maior empresa do Brasil e da América Latina. No entanto, o debate mais recente é sobre a forte ingerência do Governo nas decisões estratégicas da empresa – nem sempre priorizando a gestão por competência e resultados – bem como, as graves denúncias de corrupção, trazidas pela mídia nacional e internacional, envolvendo os gestores da Empresa. Em entrevista concedida ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em junho/2005, o então Deputado Roberto Jefferson já atribuía à Petrobras o título de uma das “*joias da coroa*” para casos de loteamento de cargos e de atendimento a interesses diversos dos institucionais da petrolífera.

Má gestão, ingerência política e gravíssimas denúncias de corrupção ensejaram a abertura desta CPMI e uma profunda investigação por parte deste Parlamento. A aquisição de Pasadena, a construção da Refinaria de Abreu e Lima e o suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM são alguns dos casos sobre os quais debruçam-se os membros desta Comissão.

Quanto ao caso da SBM Offshore, a Petrobras, em razão de suas atividades de exploração e produção de petróleo na Plataforma Continental, tem utilizado um tipo



de equipamento comum na indústria do petróleo que são as plataformas flutuantes, também conhecidas como FSPO (*Floating Production Storage and Offloading*), que produzem e armazenam o petróleo extraído de determinado poço, sendo alternativa ágil e moderna às tradicionais plataformas fixas.

Nesse contexto, a empresa holandesa SBM Offshore, que concentra atividades em diversos países como Angola, Itália, Malásia, Guiné Equatorial, Cazaquistão e Iraque entre outros, apresenta-se como importante parceira da estatal, tendo firmado diversos contratos de aluguel e operação de várias FPSO, principalmente para as atividades situadas no pré-sal, visto que construir tais equipamentos – ainda que sob a proteção do conteúdo local – torna-se tarefa demorada e não compatível com o cronograma de atividade de vários poços de petróleo e gás já em fase de testes ou desenvolvimento como os do campo de Tupi.

Por ocasião da assinatura de um desses contratos, em 15 de julho de 2013, comentou o Diretor-Executivo (CEO) da SBM, Bruno Chabas:

"Estamos muito satisfeitos em confirmar assinatura do presente contrato, dentro de um curto intervalo desde a Carta de Intenções (22 de março de 2013). É um sinal do compromisso de ambos Petrobras e SBM com sucesso deste projeto. As equipes dos FPSOs - composto por o pessoal mais experiente - formou-se em tempo recorde desde a recepção da carta de intenções e estamos satisfeitos por continuar com a luz verde oficial para a plena execução do projeto".

Entretanto, em função de um "press release" divulgado pela própria empresa SBM, no final de 2013, onde admitiu-se a existência de uma investigação interna para apurar possíveis práticas "impróprias", efetuadas por seus representantes junto a países onde atua, vieram à tona denúncias, formuladas por um ex-funcionário de



práticas de suborno em contratos firmados com empresas nos países acima mencionados, inclusive no Brasil, onde o denunciante afirma terem sido desembolsados pela SBM, US\$ 250 milhões, entre 2005 e 2011, dos quais US\$ 139 milhões teriam sido destinados à funcionários da Petrobras e a um intermediário de nome Júlio Faerman, por intermédio de suas empresas no Brasil. Com base nessas informações, foi aberta investigação no *Openbaar Ministerie*, órgão holandês equivalente ao Ministério Público brasileiro.

Segundo matéria da Folha de S. Paulo, de 17 de novembro de 2014, o Brasil teve conhecimento por intermédio da Presidente da Petrobras, Sra. Graça Foster, que ela

"já tinha, desde meados do ano, a informação de que a SBM Offshore fez pagamento de propina a 'empregado ou ex-empregado da Petrobras'. Até a data de ontem, a Petrobras não havia comunicado oficialmente que tinha recebido tal informação.

O que vinha sendo dito – e foi repetido na última sexta-feira, quando a Petrobras voltou ao tema por meio de um comunicado – era que uma comissão de apuração criada em fevereiro, quando as denúncias tornaram-se públicas, havia investigado internamente, durante 45 dias, mas nada havia sido descoberto. E que, depois disso, a apuração continuou, e relatórios complementares haviam sido enviados à Controladoria Geral da União e o Ministério Público Federal. O comunicado da semana passada foi emitido no contexto do acordo fechado entre o Ministério Público holandês, que investigava o caso, e a SBM.”¹

Por todo o exposto, entendemos necessária a aprovação de uma visita técnica – por membros desta CPMI – ao *Openbaar Ministerie*, em Haia, na Holanda, a fim de se acompanhar as investigações em curso naquele órgão, vez que essas

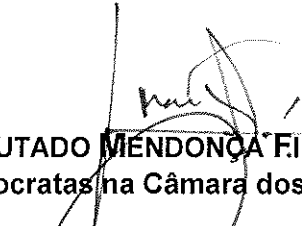
¹ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1549387-petrobras-admite-ter-recebido-confirmacao-de-propina-da-sbm.shtml>



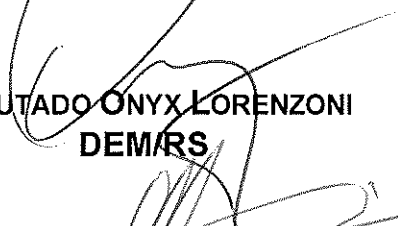
CONGRESSO NACIONAL

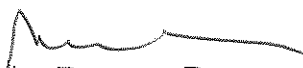
investigações refletem diretamente nos trabalhos desta Comissão. Por essas razões, conclamamos os nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

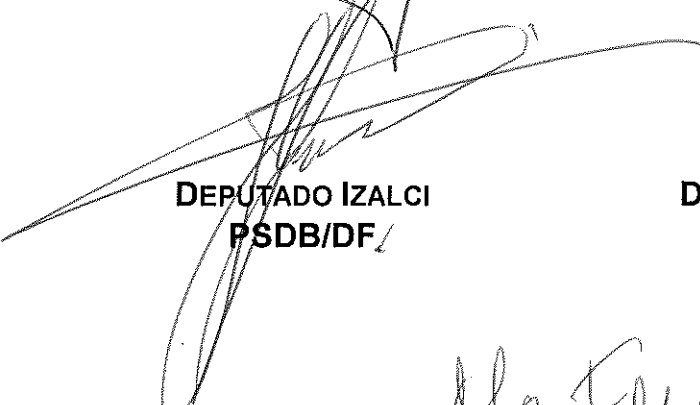
Sala da Comissão, em de de 2014.


DEPUTADO MENDONÇA FILHO
Líder do Democratas na Câmara dos Deputados

DEPUTADO RODRIGO MAIA
DEM/RJ


DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEM/RS


DEPUTADO RUBENS BUENO
PPS/PR


DEPUTADO IZALCI
PSDB/DF

DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI
SD/PR


DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY
PSDB/BA